

A TRANSVERSALIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO¹

THE TRANSVERSALITY OF EDUCATIONAL POLICIES FOR STUDENTS WITH HIGH ABILITIES/GIFTEDNESS
LA TRANSVERSALIDAD DE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA ESTUDIANTES CON ALTAS
HABILIDADES/SUPERDOTACIÓN

Ana Carolina Cyrino Pessoa Martelli²
Laura Ceretta Moreira³

Resumo: Este estudo investigou a transversalidade/continuidade das políticas públicas voltadas aos estudantes que possuem altas habilidades/superdotação (AH/S). A finalidade foi identificar o fluxo das políticas inclusivas existentes na área de AH/S nas diferentes etapas/níveis de ensino. A metodologia utilizada se deu pela pesquisa documental, com análise descritiva analítica de documentos e de entrevistas semiestruturadas. Foram analisados documentos das políticas públicas dos seguintes níveis: curitibano, paranaense e nacional. Paralelamente, foram entrevistados 14 sujeitos de pesquisa, sendo que alguns deles trabalham com atendimento a superdotados e outros são estudantes com AH/S. Os dados de pesquisa demonstraram uma ruptura na continuidade do atendimento educacional especializado realizado com este público.

Palavras-chave: Altas habilidades/Superdotação; Transversalidade; Políticas Públicas.

Abstract: This study investigated the transversality / continuity of public policies aimed at students who have high abilities / giftedness. The purpose was to identify the flow of inclusive policies in the area of giftedness in the different stages / levels of education. The methodology used was based on documentary research, with analytical descriptive analysis of documents and semi-structured interviews. Public policy documents at the following levels were analyzed: Curitiba, Paraná and national. In parallel, fourteen research subjects were interviewed, some of them work with attendance to giftedness and others are students with high abilities/giftedness. The research data showed a break in the continuity of the specialized educational assistance provided to this audience.

Keywords: High Abilities / Giftedness; Transversality; Public Policy.

Resumen: Este estudio investigó la transversalidad / continuidad de las políticas públicas dirigidas a estudiantes con altas habilidades/superdotación. El propósito era identificar el flujo de políticas inclusivas en el área en las diferentes etapas / niveles de educación. La metodología utilizada fue la investigación documental, con análisis analítico descriptivo de documentos y entrevistas semiestruturadas. Se analizaron documentos de política pública en los siguientes niveles: Curitiba, Paraná y nacional. Paralelamente, se entrevistó a catorce sujetos de investigación, algunos de los cuales trabajan con los superdotados y otros son estudiantes que tienen altas habilidades/superdotación. Los datos de la investigación mostraron una ruptura en la continuidad de la asistencia educativa especializada destinada a esta audiencia.

Palabras clave: Altas habilidades/Superdotación; Transversalidad; Políticas Públicas.

¹ Este estudo foi apresentado em uma dissertação de mestrado, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Laura Ceretta Moreira. O estudo contou com auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Paraná, Brasil. anacarolina.accpm@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3879-7521>.

³ Professora da Graduação e da Pós-Graduação do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Paraná, Brasil. lauracm@ufpr.br. <https://orcid.org/0000-0003-4569-7369>.

Introdução

A discussão acerca do público-alvo da educação especial na perspectiva inclusiva tem sofrido alterações desde a Constituição Federal de 1988. Com a divulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, o público-alvo desta modalidade de ensino passou a ser: estudantes com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento (BRASIL, 2008).

Apesar de os estudantes pertencentes a esses três grupos serem legalmente representados nas políticas públicas voltadas à área de educação especial, há diferenciações em termos de oferta de serviços, apoios, práticas pedagógicas, pesquisas, dentre outros.

Com relação à área das AH/S, há carência de estudos e concretização de políticas educacionais (DELOU, 2007; MOREIRA; LIMA, 2012; PÉREZ; FREITAS, 2014; VALENTIM; VESTENA, 2019), apesar das estimativas mais conservadoras demonstrarem que o número de estudantes com altas habilidades corresponde à metade de todos os alunos com deficiência juntos, mesmo com a invisibilidade nas escolas de grande parte dos superdotados (PÉREZ; RODRIGUES, 2013).

Além da escassez de estudos, existe uma dificuldade por parte dos sistemas de ensino em lidar com este público em específico. Este alunado sofre com a falta de identificação de sua condição e por suas necessidades educacionais especiais não serem atendidas, trabalhadas e valorizadas.

Ademais, estigmas e preconceitos por parte dos próprios professores, que ainda não possuem um conhecimento profundo sobre as especificidades deste público,

dificultam o reconhecimento e o atendimento especializado aos estudantes.

A exclusão escolar de estudantes com AH/S não se dá mediante dificuldades de acesso à escola (DELOU, 2007; VIRGOLIM, 2012; MAIA, 2004), entretanto, frequentemente, este grupo é excluído dentro da própria instituição, pela incapacidade dos “modelos escolares” de conviverem positivamente com suas diferenças individuais e necessidades educativas especiais (MAIA, 2004).

Uma das dificuldades da área relacionada, conforme aduzido por vários autores, à diversidade de nomenclaturas e conceitos atrelados às AH/S (ANDRÉS, 2010; LIMA, 2011; PÉREZ, 2012, dentre outros). Todavia, as políticas públicas costumemente utilizam o conceito adotado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, conforme transcrito a seguir:

Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008, não paginado).

Para Pérez (2012), a partir dos estudos do renomado Joseph Renzulli, há um consenso de que as pessoas com AH/S apresentam comportamentos de superdotação que se caracterizam pelo agrupamento de traços correspondentes à capacidade acima da média em uma ou mais áreas, elevada criatividade e comprometimento com a tarefa. Por sua vez,

Delou (2007) descreve que as indicações pedagógicas para esse alunado incluem programas de enriquecimento escolar e aprofundamento de estudos. Estas práticas são realizadas nas salas de aulas regulares e em serviços e programas de atendimento educacional especializado, por exemplo, as salas de recursos, os agrupamentos por áreas de interesse. Para a autora, caso o nível de desempenho escolar do superdotado se distancie muito dos outros alunos da classe, existe a possibilidade de aceleração de estudos, visando à adequação escolar e social do estudante.

Posto isto, este estudo investigou a transversalidade (no sentido de continuidade) das políticas públicas educacionais para os estudantes com AH/S ao longo dos níveis e etapas da educação. Transversalidade esta que já está posta desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, ao prescrever que o dever do Estado para com a educação escolar pública deve ser efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, *transversal a todos os níveis, etapas e modalidades*, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, não paginado, grifo nosso).

Neste sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) de 2008 prescreve que ações para estes alunos devem ser efetivadas desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

A importância desta pesquisa torna-se evidente quando Alencar e Fleith (2006),

assim como vários outros autores, sinalizam um abismo entre a política educacional prescrita pelo Ministério da Educação (MEC) e a prática por todo o país, devido a fatores como: inadequação no uso de recursos, atitudes e valores negativos frente a programas especiais; descompromisso por parte dos responsáveis pela implantação das políticas ou ideias preconcebidas acerca do estudante superdotado.

As políticas públicas existentes para a área da superdotação, além de serem escassas, parecem carecer de continuidade. Desta forma, essa pesquisa objetivou verificar se há um fluxo efetivo e contínuo de atendimento destes estudantes que possuem altas habilidades, de modo que os esforços de uma etapa/nível de ensino não sejam perdidos nos anos seguintes de sua escolarização.

Metodologia

Para este estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa com enfoque na pesquisa documental e na análise descritiva analítica de entrevistas. Desta forma, com o intuito de se investigar a transversalidade/continuidade das políticas educacionais destinadas aos estudantes que possuem AH/S nas diferentes etapas/níveis de ensino, analisaram-se dois fluxos.

No primeiro, o documental, avaliaram-se políticas públicas de cada ente federado (municipal, estadual e nacional), bem como, documentos provenientes de uma universidade federal.

O outro fluxo, humano, se deu através da análise de entrevistas semiestruturadas realizadas com professores que atuam na área de altas habilidades nas esferas municipal e estadual e com estudantes maiores de dezoito anos que cursam ou

cursaram graduação e/ou pós-graduação no ensino público federal e que foram identificados com superdotação.

Participantes

Os sujeitos de pesquisa foram selecionados a partir de um critério (ou, categoria de pesquisa) que permitisse a análise da transversalidade em todo o percurso escolar do estudante. Desta forma, os entrevistados foram assim divididos: quatro professoras da Rede Municipal de Educação de Curitiba que trabalham ou trabalharam com atendimento educacional especializado na área das altas habilidades; cinco professores da Rede Estadual de Educação do Paraná que realizam ou realizaram atendimento educacional especializado com estudantes superdotados e cinco estudantes universitários que possuem AH/S. Dentre os entrevistados, dois são do gênero masculino e 12 do feminino.

Procedimentos

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Hospital do Trabalhador/SES/PR, havendo cuidado com a confidencialidade e sigilo quanto aos nomes dos participantes e com o armazenamento das entrevistas. Ademais, projetou-se o estudo levando-se em conta a integridade física e psicológica dos sujeitos analisados.

Garantiu-se respeito à privacidade dos entrevistados, que ficaram livres para não responderem ao que não se sentissem confortáveis. Todavia, cabe a ressalva de que todos os participantes optaram por responder a todas as perguntas.

Instrumentos de pesquisa

Para este estudo, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, organizadas a partir de conhecimentos teóricos sobre a temática das AH/S e das políticas públicas relativas à área. Os dados foram analisados segundo os seguintes eixos estruturais: perfil e formação do profissional; processo de atendimento e concepções e políticas para as altas habilidades/superdotação.

É importante ressaltar que esses eixos não são estanques, pelo contrário, eles se inter-relacionam. Por exemplo, o perfil e a formação profissional impactam no processo e tipo de atendimento prestado ao estudante superdotado. Paralelamente, as concepções e políticas públicas da área determinam o tipo de formação profissional requerida para atuação e como se dará o atendimento das altas habilidades dentro da educação especial.

Cada eixo contou com critérios (ou categorias de análise) agrupados segundo afinidade temática. Definidas estas categorias, formularam-se (e agruparam-se) as questões dos roteiros de entrevistas, de forma que as respostas dos participantes subsidiaram uma análise a respeito da continuidade, intermitência ou ruptura das políticas educacionais destinadas aos estudantes que possuem superdotação ao longo de sua escolarização.

Os critérios adotados para testar as hipóteses atinentes à transversalidade das políticas educacionais destinadas aos estudantes que apresentam altas habilidades/superdotação foram distribuídos em três eixos de análise: o eixo "Perfil e Formação do Profissional" contou com dois critérios: Identificação do Entrevistado e Formação Profissional.

O eixo “Processo de Atendimento”, por sua vez, dividido entre os seguintes critérios: “Identificação das Altas Habilidades/Superdotação”; “Atendimento Educacional Especializado”; “Registro”.

E o terceiro eixo de pesquisa “Concepções e Políticas para Altas Habilidades/Superdotação” foi dividido nos seguintes critérios de análise: “Políticas Públicas”; “Concepções sobre Altas Habilidades/Superdotação” e “Comunicação”.

Resultados e Discussão

Para facilitar a compreensão, apresentam-se, a seguir, as análises dos dados de pesquisa por eixo temático.

Análise do eixo: Perfil e Formação do Profissional

As questões pertencentes a este eixo temático objetivaram analisar em que medida as políticas públicas contemplam e se ocupam da formação dos profissionais atuantes na educação especial, principalmente com relação à área de altas habilidades, pois se partiu do pressuposto de que uma das condições para uma educação especializada de qualidade é uma formação apropriada na área, com grau de profundidade adequado para a atuação junto aos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais.

Essa análise também se ocupa da identificação dos entrevistados, com o intuito de se traçar um panorama do perfil profissional e acadêmico dos professores que trabalham com superdotação.

As políticas públicas municipais (CURITIBA, 2006), estaduais (PARANÁ, 2016) e nacionais (BRASIL, 2014) atinentes à

educação especial preveem profissionais capacitados e/ou especializados para atuar na educação inclusiva.

Em nível de especialização, das quatro entrevistadas que atuam no ensino municipal, três possuem formação específica na área de AH/S. No ensino estadual, três dos cinco professores apontaram ter essa formação.

Em relação à formação continuada, quando indagadas se realizavam este tipo de ação, as professoras do ensino municipal responderam de forma afirmativa. Já na esfera estadual, os professores mencionaram haver formação continuada por iniciativa do próprio estado, bem como, participações em eventos por iniciativa própria.

Constatou-se um grande empenho por parte dos profissionais que atuam no atendimento educacional especializado do estudante com AH/S para com atualização e capacitação constantes, mesmo sendo financiadas com recursos próprios.

Análise do eixo: Processo de Atendimento

Este eixo compõe-se pelas seguintes categorias: identificação das altas habilidades/superdotação; atendimento educacional especializado e registro de atividades.

O objetivo das questões formuladas para esta análise foi o de desenhar um panorama acerca de aspectos como: quem é o responsável por realizar a identificação das altas habilidades e de quem parte a motivação para esta identificação (escola, família ou automotivação).

Ademais, analisaram-se os recursos e apoios que o atendimento educacional especializado da superdotação recebe das respectivas secretarias de educação.

Outra análise neste ponto da pesquisa relacionou-se ao envio de registros das atividades realizadas pelos estudantes superdotados para outras etapas/níveis de ensino, notadamente em circunstâncias de transferência.

A subidentificação das altas habilidades/superdotação, principalmente no período escolar, caracteriza-se como uma preocupação frequente no meio acadêmico. É um dos fatores que concorrem para este fato é a falta de preparo por parte dos professores com relação à identificação desta população.

Além da subidentificação, há muitas vezes, uma caracterização errônea do estudante superdotado, através de uma confusão entre as características das AH/S com as de alguns distúrbios psicossociais ou de aprendizagem.

Pérez (2004) afirma que, com frequência, as altas habilidades são confundidas com dificuldades de aprendizagem ou com distúrbios de conduta pela desmotivação por parte deste alunado, tendo em vista, muitas vezes, seus interesses não serem contemplados pelas atividades escolares (como no caso de AH/S nas áreas artística ou esportiva).

Santos e Maturana (2019) realizaram uma pesquisa com dezesseis profissionais da saúde, acerca das possibilidades de atuação de profissionais de saúde em estratégias de enriquecimento curricular de estudantes superdotados por meio do Programa Saúde na Escola. Segundo os entrevistados, as principais queixas de cerca de 75% dos alunos encaminhados pelas escolas para a Unidade Básica de Saúde relacionavam-se a problemas comportamentais e dificuldades de aprendizagem. Por outro lado, para 75% dos entrevistados, os estudantes

encaminhados apresentavam potencial para AH/S.

Em um estudo sobre aspectos da validade e da precisão da escala de identificação de talentos pelo professor, Suárez e Wechsler (2019) constataram que a área da memória é a mais percebida pelos docentes, em detrimento de outras dimensões que compõem a inteligência. Desta forma, há uma associação entre memória e inteligência por parte dos profissionais.

As autoras observaram ainda que a avaliação de talentos não deve limitar-se a um instrumento para a identificação. São necessárias também outras fontes de informações, como entrevistas com pais, produção do aluno fora da sala de aula, avaliação do desempenho acadêmico, além da observação das particularidades e limitações do estudante em análise (SUÁREZ; WECHSLER, 2019).

Em relação ao trabalho de identificação do superdotado no ambiente escolar, um sujeito de pesquisa, atuante na esfera municipal, disse haver um trabalho de formação dos professores das salas de aula regulares e visitação das escolas, por meio de uma equipe central e de equipes regionais que acompanham a inclusão na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Ainda em relação ao município de Curitiba, uma entrevistada afirmou que os estudantes são avaliados pelos Centros Municipais de Atendimento Especializado (CMAES), que contam com equipes integradas por psicóloga e pedagoga. Porém, alguns deles são identificados e avaliados por clínicas privadas, institutos ou universidades. Cabe observar a afirmação da professora que, posteriormente, estas avaliações são validadas por um CMAE.

No âmbito estadual, por sua vez, uma docente informou que os Núcleos Regionais de Educação possuem a formação para orientar as escolas. Assim, diante da suspeita de haver um aluno com altas habilidades, o núcleo comparece in loco a fim de dar as direções à escola.

Ainda na esfera paranaense, os professores avaliaram que a identificação neste âmbito se dá por meio de um centro de avaliação estatal. E, assim como no ensino municipal, há estudantes que têm a sua identificação feita em clínicas particulares, institutos ou universidades.

A identificação é a primeira etapa para o correto atendimento das necessidades dos alunos que possuem AH/S. Para Freitas, Romanowski e Costa (2012), a falta de reconhecimento e estímulo pode levar a uma estagnação do desenvolvimento potencial do superdotado e, conseqüentemente, a uma não adaptação ao contexto de aula, levando à frustração e ao desinteresse por parte do estudante.

A identificação tardia (juntamente a uma predisposição biológica), por sua vez, tem causado transtornos neurológicos e o desenvolvimento de doenças de ordem psicossomáticas e de doenças psíquicas em diversas situações (LIMA, 2011).

Além da identificação tardia, uma das entrevistadas constatou que os alunos com dificuldades de aprendizagem acabam se destacando frente aos superdotados:

[...] porque, infelizmente, prioriza-se a dificuldade do que a habilidade, no processo educacional em si. Desde a identificação lá na sala. A professora não vai olhar para aquele aluno que termina primeiro, a não ser que esse aluno encha e comece a incomodar de alguma maneira, daí ele chama atenção. Mas se é um aluno que sempre tira uma boa nota, sempre

termina a lição certo, não fica conversando muito, já lá na ponta, ele já tem essa defasagem. Então têm crianças que são identificadas já no primeiro ano de escola, têm crianças que vão ser identificadas lá no quinto ano (BRUNA, 2017)⁴.

A este mesmo respeito, o professor Murilo (2017) constatou: "A área de altas habilidades é uma área estigmatizada, no sentido de que ele é bom e não precisa. A gente vive esse paradigma na educação. A educação é para os mais fracos, os regulares e os mais fracos".

Além da subidentificação, há, ainda, questionamentos por parte das professoras a respeito do diagnóstico de estudantes superdotados, por desconhecimento das características correspondentes às AH/S. No tocante a esta questão, uma das professoras diz:

Há muitos professores que têm um olhar diferente para as altas habilidades e acabam achando que o aluno não tem, mesmo com laudo. Daí acha: - não, não pode, ele não demonstra isso na minha aula. E quer que o aluno com altas habilidades tenha altas habilidades em todas as disciplinas e não é o que ocorre (LUANA, 2017).

O superdotado não necessita ter altas habilidades em todas as áreas, este é um dos estigmas associados à superdotação. Pérez (2004) observa que o aluno com AH/S pode apresentar dificuldades de aprendizagem ou baixo rendimento, o que frequentemente coloca sua condição em dúvida.

⁴ Foram utilizados nomes fictícios com o intuito de proteger a identidade dos participantes da pesquisa.

A este respeito, pode-se citar a Teoria das Inteligências Múltiplas de Howard Gardner, segunda a qual o indivíduo pode apresentar vários tipos de inteligência: musical, espacial, interpessoal, linguística, lógico-matemática, intrapessoal, corporal-cinestésica e naturalista (GARDNER, 1994; 2000).

Outra questão avaliada pela pesquisa foi a respeito do protagonismo acerca do processo de identificação da superdotação. Ou seja, se a motivação partiu da família, dos profissionais da educação ou do próprio aluno superdotado.

Neste quesito, houve divergências entre as respostas. Para uma das professoras municipais, a maior parte da motivação pela identificação provém da escola. Para outras duas entrevistadas do mesmo âmbito de ensino, ela provém da família. Já a quarta professora não deixou clara essa resposta.

Os professores estaduais também relataram distintas respostas. Dois professores responderam que a maior parte da motivação para a identificação da superdotação parte da escola. Uma professora relatou que a identificação partiu da família. Já outras duas professoras reportaram a família e a escola como fontes responsáveis.

Uma das entrevistadas (que citou as duas fontes) adicionou que tem crescido a motivação por parte das escolas, apesar de ainda ser insuficiente.

Já os estudantes superdotados participantes do estudo relataram ter havido no caso deles, uma interação entre a família e a escola quando da identificação de suas características. Também se constatou uma forte presença de instituições privadas atuando com estudantes de escolas públicas na área da superdotação.

Com relação a esta última constatação, uma professora estadual observou que muitos estudantes superdotados acabam migrando para o ensino privado, o que a seu ver poderá, a longo prazo, acabar com o atendimento educacional especializado que realiza com este alunado.

Com relação à identificação do estudante com AH/S no Ensino Superior, há alguns entraves que acabam fazendo com que este alunado seja subdimensionado ou pouco atendido. A este respeito, Moreira e Lima (2012) dispõem acerca da falta de vontade do próprio aluno em se identificar devido a experiências negativas vividas na Educação Básica. Relativamente a esta questão, a estudante Elen (2017) disse que “[...] não é algo que eu falo para todo mundo. Pouquíssimas pessoas sabem [...] mas não que algum coordenador ou professor ou em algum outro momento eu tenha lembrado que eu tenha falado.”.

Outro critério analisado ainda no eixo “Processo de Atendimento” foi o “Atendimento Educacional Especializado”.

Sobre este assunto, uma professora municipal disse haver filas para o atendimento aos superdotados, pois existe um número limitado de vagas. Todavia, essa ocorrência é inaceitável, pois todos os estudantes com AH/S possuem direito ao atendimento educacional especializado.

Em relação ao apoio e recursos municipais que recebem, Larissa (2017) disse: “Até é uma luta nossa nesses recursos. Porque é uma sala de recursos para altas habilidades, mas a gente sempre teve uma luta nesse sentido de poder ter todos os materiais necessários [...]”. Já Carla (2017) relatou que: “[...] Só os permanentes: armário, mesa, enfim. Nós não temos computador. Na sala não tem. Não tem impressora [...]”.

Pôde-se constatar pelas respostas dadas às entrevistas que, na prática, serviços de enriquecimento e aprofundamento curricular existem nos sistemas de ensino públicos curitibano e paranaense, tal como prescrevem as políticas da área. Contudo, segundo constatado por algumas falas, estes serviços precisam receber maior atenção por parte dos gestores públicos.

A respeito da continuidade do atendimento especializado do ensino básico para o superior, docentes estaduais e municipais relataram a existência de parceria entre a Educação Básica e o Ensino Superior. Duas professoras da rede de ensino estadual apontaram a parceria entre a sala de recursos para AH/S e universidades visando ao enriquecimento curricular dos estudantes da Educação Básica.

As docentes municipais, por sua vez, reportaram parceria com o Ensino Superior para o enriquecimento curricular deste alunado, incluindo visitas dos alunos à universidade. Houve o relato também de um projeto de robótica realizado em parceria com uma instituição de Ensino Superior.

A este respeito, encontraram-se estudos acerca da parceria com universidades para o atendimento dos superdotados que frequentam a Educação Básica (DELOU, 2012; MOREIRA; LIMA, 2012; FREITAS; ROMANOWSKI; COSTA, 2012), entretanto, percebe-se que esta ainda é uma área carente em pesquisas.

Quando foram indagados se a continuidade do atendimento de uma etapa/nível de ensino a outro foi automática ou se foi preciso alguma intervenção (familiar, de instituições ou de alguma secretaria de educação), os estudantes assim responderam:

Então, houve uma interrupção mais para o final do Ensino Médio porque eu parei de atender as reuniões da sala de recursos e tudo mais. E quando eu entrei na faculdade, até onde eu me lembro, eu já não atendia mais nenhuma reunião. Porque a minha carga horária foi aumentando cada vez mais. Quando eu entrei na faculdade, eu entrei em duas faculdades ao mesmo tempo. Eu fazia manhã, tarde e noite basicamente. Mas a minha mãe tinha contatos com uma psicóloga [...] e eu cheguei a ir conversar com ela algumas vezes. Eu não lembro quem era a profissional em si, mas foi o único tipo de atendimento no nível superior que eu tive (AUGUSTO, 2017).

[...] foi ao longo de todo o Ensino Fundamental mais pelo meu interesse [...] Não partiu da instituição. Foi porque eu gostava, eu ia atrás e tal. Aqui na faculdade, eu já fiz alguns grupos de estudo, mais nada. Não faço parte ainda. Preferi para deixar para começar a partir do terceiro ano. Mas já participei de alguns grupos de estudos [...] (BIANCA, 2017).

Foi necessária intervenção. A princípio, a minha mãe entrevistou e conseguiu o Instituto Alfa, que é uma instituição que tinha mais experiência e meios de conseguir essa intervenção de fato, de entender e dar continuidade e apoio e, posteriormente, eu fui totalmente assistida através do Instituto Alfa, que é uma instituição que não é específica de altas habilidades/superdotação, mas pra isso ela conseguiu uma parceria com o Instituto Ômega, porque ela percebeu que a maioria dos alunos que ela possuía como participantes, como dependentes do instituto, tinham essas características, altas

habilidade/superdotação, e eu acho que posso tomar como exemplo os meus irmãos. Eles nunca foram avaliados, mas nós desconfiamos que eles tenham altas habilidades, pelo menos o meu irmão mais novo. [...] E então minha mãe tinha que sempre interferir e colocar a situação de ter uma outra filha que foi diagnosticada como superdotada, então a gente desconfia que ele também seja superdotado, apesar de não ter sido diagnosticado.... A gente não tinha meios financeiros para fazer avaliação com ele também, mas a escola então tentava procurar um meio de assistir ele. [...] Ele teve alguma assistência psicológica, mas foi por curto período e, a meu ver, não foi alguém específico que entendia sobre altas habilidades. Era apenas uma psicóloga de colégio comum e eu acredito que isso prejudicou um pouco ele. Se ele tivesse alguém que entendesse melhor, ia saber como lidar com ele e ajudá-lo de alguma forma, até nos estudos, porque ele acabou reprovando várias vezes por falta, porque era muito entediante pra ele, mesmo ele sempre tirando nove, dez (ELEN, 2017).

Para a estudante Daniela (2017): “Teve interrupções. Uma breve ali do fundamental para o médio (diminuiu o nível das atividades e a frequência) e para o superior (daí realmente não teve mais o acompanhamento) [...]”.

Um dos critérios importantes para a continuidade do atendimento realizado com o aluno superdotado é o registro das atividades realizadas por parte dos profissionais que trabalham na área da superdotação, e para este quesito observaram-se as seguintes questões: se existem registros unificados dentro do próprio sistema de ensino a fim de

caracterizar as ações realizadas com o superdotado e se há intercâmbio de registros entre as diferentes etapas/níveis de ensino.

Constatou-se a troca de registros referentes aos estudantes somente entre as etapas municipal e estadual, não existindo um fluxo entre a Educação Básica e o Ensino Superior. Esta é uma das causas da invisibilidade dos superdotados nas universidades.

Adicionalmente, algumas falas evidenciaram ser da família a iniciativa de procurar por atendimento educacional especializado e, portanto, do envio de documentos quando da transferência de um aluno.

Análise do eixo: Concepções e Políticas para Altas Habilidades/ Superdotação

Neste eixo analisaram-se os seguintes critérios: políticas públicas; concepções sobre AH/S e comunicação.

Em relação às políticas públicas, os depoimentos coletados demonstraram que a área de superdotação ainda precisa de uma grande evolução porque os estudantes com altas habilidades permanecem invisíveis na prática, apesar de existir um arcabouço legal que respalda o direito destes a um atendimento especializado.

Uma das questões analisadas nesta parte do estudo relacionou-se às políticas públicas relativas à aceleração.

A este respeito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional orienta que, na Educação Básica (em seus níveis fundamental e médio) poderão ser organizadas turmas ou classes com estudantes de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria para ensino de artes, línguas estrangeiras ou outros componentes curriculares. (BRASIL, 1996).

Outra recomendação do mesmo normativo é que os sistemas de ensino devem assegurar a aceleração aos superdotados para que conclua o programa escolar em menor tempo. (BRASIL, 1996).

No que tange à Educação Superior, a Lei em estudo aduz que os estudantes com aproveitamento extraordinário, verificado mediante provas e outros instrumentos específicos de avaliação, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração de seus cursos, de acordo com regulamentação dos sistemas de ensino (BRASIL, 1996).

No tocante a esta questão, encontrou-se o seguinte normativo no ensino paranaense: “[...] possibilidade de aceleração de estudos para concluir em menor tempo o programa escolar, utilizando-se dos procedimentos da reclassificação compatível com seu desempenho escolar e maturidade socioemocional.” (PARANÁ, 2016, p. 10).

Já no nível curitibano, encontrou-se a seguinte recomendação:

O(a) pedagogo(a) e o(a) professor(a) da unidade escolar, após a verificação do desempenho acadêmico do estudante, procederão, juntamente com a equipe pedagógica do NRE pertinente, uma análise da possibilidade de reclassificação. Sendo parecer favorável do NRE por escrito, a equipe da unidade dará ciência ao responsável da possibilidade do processo, e estando o responsável de acordo com a reclassificação, dar-se-á início ao processo. Esses procedimentos deverão ser registrados em livro-ata. (CURITIBA, 2013, p. 12).

Nenhum dos estudantes superdotados entrevistados passou por processo de aceleração. Do relato dos profissionais da

área, destacou-se que uma vez que o estudante for acelerado, não poderá retroceder ao ano de origem.

Assim, faz-se necessário amplo desenvolvimento cognitivo e um arcabouço emocional para lidar tanto com colegas de turma mais velhos, quanto com a lacuna de conteúdo curricular que haverá no processo de escolarização do aluno. Ademais, esse processo deve contar com o total consentimento do estudante a ser acelerado.

Outra categoria de análise abordada nesse eixo em estudo refere-se à comunicação entre os diferentes sistemas de ensino para que haja uma continuidade do atendimento educacional especializado destinado aos estudantes superdotados.

Constatou-se, pela análise dos dados, que os entrevistados que trabalham com AH/S mantêm uma iniciativa pessoal de contatos com outros profissionais da área que atuam na mesma (ou em outra) etapa/nível de ensino. Esses contatos ocorrem para encaminhamento de transferências de estudantes, troca de experiências e, também, devido ao engajamento por parte destes profissionais em eventos de formação continuada e grupos de estudo.

Outro critério de análise do eixo temático em exame referiu-se às concepções sobre as AH/S.

Diferenças marcantes em relação à concepção de AH/S de um ente federativo para outro atrapalham a continuidade do atendimento realizado com estes estudantes. Além disso, podem ocasionar invisibilidade para alguns superdotados que deixarão de ser atendidos porque não partilham de certas características e comportamentos descritos nas políticas.

Por outro lado, alguns estudantes que não preencheriam critérios para a PNEEPI de

2008, por exemplo, podem ser contemplados nos entendimentos de âmbito estadual ou municipal.

A este respeito, encontraram-se as seguintes concepções/conceito de AH/S nos documentos de políticas públicas dos três níveis federativos estudados. A política municipal curitibana considera "... altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes" (CURITIBA, 2006, p. 4). Para a política paranaense: "... *altas habilidades ou superdotação*: aqueles que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com uma ou mais áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade." (PARANÁ, 2016, p. 8, grifo do autor).

A política nacional, por sua vez, assim declara:

Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse" (BRASIL, 2008, não paginado).

Pode ser observado que as políticas estadual e nacional possuem definições muito parecidas para as AH/S, enquanto a política municipal adotou uma concepção diferente.

A este respeito, as professoras municipais relataram nas entrevistas uma definição de referencial pautada na teoria de Joseph Renzulli (1991, 2001, 2004), demonstrando que elas partilham de uma

mesma linha teórica. No ensino estadual, também houve uma preponderância quanto à utilização da mesma base teórica.

Em relação a este tema, é fundamental que haja uma padronização quanto à identificação e às ações que são realizadas com os estudantes para que, durante as transições de etapas/níveis de ensino, haja uma coerência e continuidade no atendimento especializado destinado a este público. Cabe ressaltar que sempre devem ser consideradas as especificidades e individualidades de cada estudante que apresenta AH/S.

Considerações Finais

Durante décadas, as pessoas que apresentam AH/S foram negligenciadas e esta afirmação é ainda mais contundente se levada em consideração a invisibilidade desses estudantes, por isso existe a preocupação para que haja uma educação especializada efetiva e de qualidade dispensada a esse alunado.

As políticas educacionais voltadas a esses estudantes estão inseridas na área da educação especial de maneira genérica, desta forma, muitas vezes faltam parâmetros específicos para a identificação e atendimento das AH/S.

A precariedade de atendimento educacional especializado destinado a esses estudantes causa várias perdas. Além de transtornos emocionais e/ ou sociais que o indivíduo não identificado pode sofrer se não for corretamente atendido (por meio de suporte psicopedagógico, enriquecimento curricular e aceleração de estudos), há uma perda social, associada à contribuição que esses indivíduos poderiam oferecer à sociedade, por meio de seu conhecimento e criatividade.

Os achados de pesquisa demonstraram que o caráter transversal da educação especial na área das AH/S se efetiva mais pelo envolvimento dos profissionais do que pela via das políticas educacionais instituídas, indicando haver uma debilidade na continuidade das políticas educacionais especializadas quando se analisam exclusivamente as práticas institucionalizadas.

Houve a constatação de uma ruptura na continuidade da oferta de atendimento educacional especializado destinado aos estudantes com AH/S, notadamente no que tange ao fluxo do Ensino Médio para o Superior.

Os procedimentos de identificação devem ser mais frequentes e específicos, com padronização entre os diferentes sistemas de ensino para que essa população deixe de ser subidentificada pela escola, como ocorre hoje. Com este propósito, faz-se necessária a existência de mais ações para prover informação e formação aos gestores e professores das salas regulares.

Constatou-se nesse estudo uma dificuldade de acesso a laudos, principalmente no caso de estudantes com baixo poder aquisitivo e que se encontram no Ensino Fundamental.

Ademais, relataram-se filas para acesso a atendimento especializado, já que este conta com um número limitado de vagas e, muitas vezes, não consegue dar conta do atendimento aos estudantes superdotados, ainda que haja uma subidentificação quanto a este alunado.

Outra constatação interessante foi o fato de a família ter um papel muito forte na identificação e na procura por atendimento ao superdotado, sendo em muitos casos fundamental para que este atendimento ocorra.

No Ensino Superior, em específico, a autoidentificação deve ser mais estimulada e devem ser oferecidas a esse público mais oportunidades de enriquecimento curricular. Somente em 2017 foi criado na universidade em estudo um núcleo de estudos e práticas em AH/S.

A este respeito, o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Federal Nº 13.005) propõe como uma das estratégias para os anos de 2014 a 2024, assegurar em “todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades” (BRASIL, 2014), ou seja, o Ensino Superior deve dar maior atenção a este alunado, lembrando que este mesmo Plano de Educação determina que os entes federados estabeleçam em seus planos de educação, estratégias que “garantam o *atendimento das necessidades específicas na educação especial*, assegurado o sistema educacional inclusivo em *todos os níveis, etapas e modalidades*”. (BRASIL, 2014, não paginado, grifo nosso).

Cabe destacar ainda em relação aos achados de pesquisa, a grande presença de instituições privadas no espaço público das escolas com o intuito de oferecer enriquecimento curricular e oportunidades de bolsas de estudo. Além disso, constatou-se

que quatro dos cinco entrevistados finalizaram seus estudos da Educação Básica na iniciativa privada.

Não se pode perder de vista, entretanto, que cabe ao Estado oferecer atendimento educacional especializado, o que nem sempre acontece, como pôde ser visto pela fala dos sujeitos da pesquisa.

Faz-se urgente uma nova atitude política perante este alunado, livre de estigmas e preconceitos (frequentemente encontrados na área das AH/S), para que

sejam vistos e tratados de maneira mais responsável e efetiva, tendo atendidas as condições necessárias para o desenvolvimento integral de suas múltiplas inteligências.

Finalmente, é fundamental haver maior investimento público e políticas mais contundentes nas diferentes etapas/níveis de ensino para que haja coesão e continuidade das políticas inclusivas destinadas aos estudantes superdotados, garantindo, assim, a transversalidade da educação especial, determinada pelos normativos brasileiros.

Referências

- ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de; FLEITH, Denise de Souza. A atenção ao aluno que se destaca por um Potencial Superior. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, n. 27, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127397010>. Acesso em: 17 jan. 2016.
- ANDRÉS, Aparecida. **Educação de Alunos Superdotados/Altas Habilidades**: legislação e normas nacionais: legislação internacional, América do Norte (EUA e Canadá), América Latina (Argentina, Chile e Peru), União Européia (Alemanha, Espanha, Finlândia e França). Brasília: Consultoria Legislativa, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.
- CURITIBA. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba**. Volume 4. Curitiba, 2006.
- CURITIBA. **Instrução Normativa nº 8, de 12 de novembro de 2013**. Normatiza os procedimentos para registros em documentos escolares da classificação e reclassificação no ensino fundamental, classe especial e educação de jovens e adultos – fase I e fase II. Curitiba, p. 1-15. 2013.
- DELOU, Cristina Maria Carvalho C. Educação do aluno com altas habilidades/superdotação: Legislação e Políticas educacionais para a inclusão. In: FLEITH, Denise de Souza. (Org.). **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação**: volume 1: orientação a professores, Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2007. p. 25-39.
- DELOU, Cristina Maria Carvalho C. O atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades/superdotação no ensino superior: possibilidades e desafios. In: MOREIRA, Laura Ceretta; STOLTZ, Tania (Org.). **Altas habilidades/superdotação, talento, dotação e educação**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 129-142.
- FREITAS, Soraia Napoleão; ROMANOWSKI, Caroline Leonhardt; COSTA, Leandra Costa da. Alunos com altas habilidades/superdotação no contexto da educação especial. In: MOREIRA, Laura Ceretta; STOLTZ, Tania (Org.). **Altas habilidades/superdotação, talento, dotação e educação**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 237-250.
- GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente**. A Teoria das Inteligências Múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.
- GARDNER, Howard. **Inteligência**. Um conceito reformulado: O criador das Inteligências Múltiplas explica e expande suas idéias com enfoque no séc. XXI, Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- LIMA, Denise Maria de Matos Pereira. **O professor universitário frente às estratégias de identificação e atendimento ao aluno**

com altas habilidades/superdotação.

Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

MAIA, Maurício Holanda. **Ensino Especial para Superdotados**. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2004.

MARTELLI, Ana Carolina Cyrino Pessoa. **Políticas educacionais para estudantes com altas habilidades/superdotação: um estudo sobre a transversalidade**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

MOREIRA, Laura Ceretta; LIMA, Denise Maria de Matos Pereira. Interface entre os NAAH/S e Universidade: um caminho para inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação. In: MOREIRA, Laura Ceretta; STOLTZ, Tania (Org.). **Altas habilidades/superdotação, talento, dotação e educação**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 143-153.

PARANÁ. **Deliberação nº 02, de setembro de 2016**. Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba, 2016.

PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera; FREITAS, Soraia Napoleão. Políticas públicas para as Altas Habilidades/Superdotação: incluir ainda é preciso. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 50, p. 627-640, set./dez. 2014.

PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera. E que nome daremos à criança? In: MOREIRA, Laura Ceretta; STOLTZ, Tania (Org.). **Altas habilidades/superdotação, talento, dotação e educação**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 45-61.

PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera. **Gasparzinho vai à escola**: um estudo sobre as características do aluno com altas habilidades produtivo-criativo. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera; RODRIGUES, Sheila Torma. **Pessoas com Altas**

Habilidades/Superdotação: das confusões e outros entreveros. **Revista Brasileira de Altas Habilidades/Superdotação**, v. 1, p. 21-30, 2013.

RENZULLI, J. S. **Enriching Curriculum for All Students**. Illinois: SkyLight Training and Publishing Inc –Arlington Heights, 2001.

RENZULLI, J. S. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. **Educação**. Porto Alegre, ano XXVII, n. 1, p. 75 – 131, jan./abr. 2004.

RENZULLI, J. S. The National Research Center on the Gifted and Talented: the dream, the design, and the destination. **Gifted Child Quarterly**, n. 35, v. 2, p. 73-80, 1991.

SANTOS, Edson Manoel dos; MATURANA, Ana Paula Pacheco Moraes. Possibilidade de atuação entre saúde e educação para o desenvolvimento e aprendizagem de alunos com altas habilidades/superdotação. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/27956>. Acesso em: 15 mai. 2019.

SUÁREZ, Janete Tonete; Wechsler, Solange Muglia. Escala de Identificação de Talentos pelo Professor (ITP): Evidências de Validade e Precisão. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/30814>. Acesso em: 15 mai. 2019.

VALENTIM, Bernadete Fatima Bastos; VESTENA, Carla Luciane Blum. Análise da noção de justiça em estudantes com altas habilidades/superdotação: uma contribuição educacional. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 17 mai. 2019.

VIRGOLIM, Ângela. A Educação de Alunos com Altas Habilidades/Superdotação em uma Perspectiva Inclusiva. In: MOREIRA, Laura Ceretta; STOLTZ, Tania (Org.). **Altas habilidades/superdotação, talento, dotação e educação**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 95-112.